SUBCOMITÊ DO SISTEMA E-GESTÃO – TRT/RJ
ATA DE REUNIÃO

1. Dados da Reunião

Data / Horário:	1º.03.2023 / 11:00 – 12:00	**Local:**	Telepresencial – *Zoom Meeting*
Objetivo:	Reunião ordinária mensal para monitoramento de demandas em andamento e *backlog*.		

2. Participantes

Nome	Identificação
Leonardo Pacheco	Desembargador do Trabalho
Cláudia Maria Lima de Figueiredo	Assessora do Gabinete do Desembargador do Trabalho Leonardo da Silveira Pacheco
Vania Abreu de Oliveira	Diretora da 26ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
Gustavo Galluzzi Nunes Santos	Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Sergio Santrovitsch Dorneles	Coordenador de Estatística
Vinicius Pacheco	Chefe da Divisão de Administração e Análise de Dados
Bruno Henrique Fernandes Fonseca	Servidor lotado no Gabinete da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
Patricia Ferreira Maciel	Servidora lotada na Assessoria de Monitoramento
Rosane Alves Moreira	Servidora lotada na Coordenadoria de Sistemas Judiciários em 1º Grau

3. Assuntos Apreciados e Decisões Tomadas

Registrada a impossibilidade de comparecimento do Juiz Filipe Passos por conta de realização de audiência no mesmo horário, o Desembargador do Trabalho Leonardo Pacheco, Coordenador do Comitê, iniciou a reunião e, agradecendo aos trabalhos desenvolvidos ao longo tempo pelo Juiz Filipe Passos e pelo servidor Gustavo Galluzzi, comunicou os seus desligamentos do Subcomitê, a pedido. Assim, passou à apreciação da pauta, conforme segue:

1. Implantação do Extrator de Dados do GPREC para o e-Gestão

1.1. Contextualização do tema

O tema é monitorado pelo Comitê desde 2021, sendo aprovada a implantação do Extrator na reunião de agosto/2021. Desde então, por questões diversas, o extrator não foi efetivamente implantado. Na reunião de novembro/dezembro de 2022, o Subcomitê recebeu a seguinte manifestação da DIAND:

> "Conforme planejado, iniciamos a implantação do extrator do GPREC versão 2.0 em novembro no ambiente de homologação. Ao longo dos testes, identificamos que o extrator teve sua execução interrompida por erros de processamento. Verificamos que uma das causas foi uma inconsistência nos cadastros de órgãos julgadores nas requisições de pagamentos do GPREC. Realizamos uma reunião com o David da CPRE para entender o mecanismo de cadastro e confirmamos que parte do cadastro de requisições de pagamento é suscetível a erros, por exemplo, permitindo que o órgão julgador da RP seja diferente do OJ do processo judicial.
>
> Não foi possível, portanto, implantar em produção o extrator do GPREC. Estamos trabalhando para preparar consultas capazes de identificar tais inconsistências para que sejam corrigidas pela área negocial, antes de implantarmos efetivamente o extrator do GPREC. Possivelmente optaremos por executar o extrator do GPREC apenas mensalmente, permitindo que os cadastros sejam revisados antes de sua execução."

Na reunião de janeiro/2023, ocorreram as seguintes deliberações:

> "*Diante das informações prestadas e dos debates realizados, o Desembargador Leonardo Pacheco propôs cronograma de grandes ações, conforme segue: até 6/2/2023, implantação da nova versão do GPREC (área responsável tecnicamente: STI/DIPJE; e área negocial responsável pela homologação: SPR/SPE); entre 15/2/2023 e 28/2/2023 (responsável: STI/DIAND), implantará o extrator do GPREC; até 15/3/2023, finalizar migração de informações para o GPREC (responsável: SPR/SPE); e entre 16/3/2023 e o prazo de retransmissão de 2022 a ser concedido pela CGJT, enviar todos os dados de 2022 (responsável: STI/DIAND). O que foi acatado pelos demais integrantes. Também foi deliberado por oficiar a nova Administração do TRT/RJ, detalhando a temática; e contatar os magistrados envolvidos na gestão dos precatórios para tratativas conjuntas. Por fim, foi definido que a ação de retransmissão de dados de 2022 é condicionada à efetiva completude de dados no GPREC, assim, após 15/3/2023, o subcomitê oficiará a SPE acerca das atividades de migração e homologação."*

1.2. Tópico de pauta

Relatara andamento das ações e debater eventuais problemas que estão inviabilizando a implantação do extrator do GPREC.

1.3. Debates e deliberações

Bruno observou que a implantação da nova versão do GPREC ocorreu dentro do planejado; e foi realizada interlocução com a Presidência, por meio de

participação em reuniões e envio de ofícios, sendo possível avaliar que, aparentemente, as equipes envolvidas com os Precatórios não conseguirão finalizar as ações de migração de informações para o GPREC até 15/3/2023, o que gerou novo questionamento do Subcomitê à Presidência para obter definição acerca da forma de envio de dados de 2023 (parcial com as informações já migradas; ou deixar "subir" apenas as diárias), ainda sem resposta.

Vinicius informou que o extrator do GPREC já foi instalado em ambiente de homologação e está apto para início de envio de dados na próxima remessa mensal de dados. Para envio de remessas diárias, seria preciso realizar manualmente o procedimento de junção de remessas (tradicionais com o GPREC).

Diante da pendência de resposta da Presidência, o Desembargador Leonardo Pacheco solicitou que as remessas diárias sejam "juntadas" mesmo que manualmente e aguardemos a posição institucional para definição acerca das ações nas remessas mensais. Os demais integrantes concordaram com os encaminhamentos (Vinícius, da DIAND, monitorará a efetiva implantação; e Bruno, SGE-GAB, oficiará novamente a Presidência para comunicar sobre a implantação do Extrator).

2. Revisão de procedimentos de saneamento de processos físicos arquivados provisoriamente

2.1. Contextualização do tema

O projeto de saneamento dos processos físicos arquivados provisoriamente, gerenciando pela Corregedoria Regional, proporcionou a finalização definitiva de aproximadamente de 5.500 processos da fase de execução, arquivados antes de 1º.1.2012.

Por outro lado, nas remessas diárias do e-Gestão, ainda constam cerca de 20.000 processos passíveis de atuação do projeto e outros 98.000 arquivados após 1º.1.2012, que estão sendo saneados nos dados mensais do e-Gestão. Necessário observar que também há 6.500 processos da fase de liquidação arquivados provisoriamente.

O Datajud também precisa ser levado em consideração na temática, pois há intenção de aproximar a quantidade de processos pendentes de baixa no e-Gestão aos pendentes de baixa no sistema do CNJ. Assim, sob tal enfoque, há necessidade de reavaliar os critérios de saneamento dos dados mensais do e-Gestão.

Na reunião de janeiro/2023, ocorreu o seguinte encaminhamento:

> *"Finalizados os debates, o Desembargador Leonardo propôs que a nova Administração seja oficiada com detalhamento do tema, sendo apresentadas também sugestões de solução aos problemas, e posteriormente reapreciar a temática no Subcomitê. O que foi acatado (SGE-GAB minutará expediente). Adicionalmente, para auxiliar na instrução do tema junto à nova Administração, Vinicius ficou responsável por verificar a aplicabilidade do "FI" da parametrização do novo extrator para o DataJud."*

Posteriormente, DIAND confirmou que "FI" refere-se a todos os tipos de finalização; e ocorreu interlocução com a Presidência por meio de reunião e ofício.

2.2. Tópico de pauta

Monitorar status.

2.3. Debates e deliberações

Foi observado que o Ofício do Subcomitê ainda não foi respondido pela Administração. Aparentemente, o tema encontra-se em análise da Corregedoria

Regional (CR). Patrícia informou que realmente o tema está em análise na CR, sendo provável que na próxima semana ocorra resposta, pois o Desembargador Corregedor estará retornando de férias e possivelmente debaterá a temática com a equipe da CGJT durante a correição ordinária.

3. Disponibilização da versão 2.9.1 do extrator de dados do PJe para o e-Gestão, com ordem de retransmissão de todos os meses de 2022

3.1. Contextualização do tema

Na reunião de janeiro/2023, ocorreu o seguinte encaminhamento:

> *"Finalizados os debates, o Desembargador Leonardo Pacheco propôs encaminhamento do tema acatando a manutenção dos dados de prazos vencidos anteriores, aplicando as planilhas anteriores de pré-validação e seguindo o cronograma de homologação técnica ao final de fevereiro e início de regeração após 15/3/2023. Por fim, ressaltou-se que há necessidade de comunicação interna geral acerca das alterações dos dados e possíveis impactos, assim como resta autorizado eventual pedido de prorrogação, se necessário. (SGE-GAB responsável por coordenar e documentar as ações; e DIAND por implantar o extrator e regerar as remessas)."*

3.2. Tópico de pauta

Acompanhar status.

3.3. Debates e deliberações

Vinícius confirmou que a versão 2.9.1 foi liberada pelo TST recentemente, contudo, ainda não avaliou a documentação e os arquivos. Bruno informou que realmente sairá determinação para retransmissão de todos os dados de 2022 sob a versão 2.9.1, com prazo até 15/4/2023. Foi observado, ainda, que haverá necessidade de retransmitir as remessas de janeiro/2023 e de fevereiro/2023 com a nova versão.

Diante do cenário, Bruno propôs que implantação da versão 2.9.1 ocorra já para a mensal de fevereiro/2023, pois, assim, teremos maior tempo para homologar tecnicamente a nova versão; analisar falhas de implementação; reprocessar os dados de 2022; e, se necessário, oficiar a CGJT sobre as intercorrências.

Vinicius observou que a remessa já estava sendo processada sob a versão 2.9, sendo que a alteração no planejamento ocasionaria atraso na disponibilização de planilhas de pré-validação; e, caso ocorram falhas técnicas sensíveis, poderia até inviabilizar fornecimento de dados no e-Gestão.

Patrícia questionou quando DIAND conseguiria disponibilizar as planilhas caso fosse aprovada a alteração no planejamento. Vinicius estimou que, se tudo correr bem, liberaria até 7/3/2023.

Assim, deliberou-se por tentar implantar a versão 2.9.1 ainda para a remessa de fevereiro/2023, devendo a DIAND comunicar eventuais intercorrências.

4. Proposta de mapeamento de novas unidades OJ do PJe com SAPWEB/ERGON/e-Gestão: Ação finalizada.

5. Proposta de criação de itens ou complemento de itens para apuração dos magistrados que participaram das sessões de audiência do 2º grau: Ação finalizada.

6. Acompanhamento de ações deliberadas anteriormente

6.1. SIGEP/JT x Ergon x SAPWEB: Demanda finalizada provisoriamente no âmbito deste Comitê. Bruno enviou e-mail em junho/2022 ao gestor do projeto

SIGEP – Alexandre Valadares – comunicando a questão e colocando a equipe do CGReG à disposição para tratativas quando do efetivo início da ação. Informou-se que a CGJT pretende cobrar novamente a implantação do SIGEP e, posteriormente, do seu extrator para o e-Gestão. Daniel pontuou que tentará obter mais informações acerca do cronograma junto ao Comitê temático do SIGEP. Por fim, sendo necessário, equipe da DIPES será convidada para próximas reuniões do CGReG.

Alexandre (DIPES) informou que "*Conforme conversado por telefone, ainda não há detalhamento sobre o extrator de dados para o eGestão - sabendo-se apenas que o início dos trabalhos ocorrerá após a entrada em produção paralela do SIGEP. A entrada em produção paralela está prevista para o dia 26/06/2023 (a partir daí trataremos da migração/implantação dos sistemas satélites do SIGEP). Considerando a complexidade e a natureza do extrator, é possível que essa implantação seja tratada em uma nova ação a ser criada pela STI.*"; e disponibilizou um plano de entregas do SIGEP.

6.2 Suspensões de prazos para atos decisórios em razão de indisponibilidade do Sistema PJe – Ofício TRT-Corregedoria-SCR nº 571/2022 / Atualização de queries de extração de dados do SAPWEB para sanear pendências de Cartas em 1º Grau / Itens excluídos do e-Gestão na versão 2.8, continuam com quantidade informada na coluna num_quantidade_item: demandas sobrestadas em decorrência das deliberações de implantação prioritária do extrator do GPREC e do extrator 2.9.1 do PJe.

6.3. Falha em dados administrativos do e-Gestão: ação finalizada.

Finalizados os debates e as deliberações, o Desembargador Leonardo Pacheco encerrou a reunião.

Registro feito por:	Bruno Henrique Fernandes Fonseca

(assinado digitalmente)

LEONARDO PACHECO

Desembargador Coordenador do Subcomitê do Sistema e-Gestão

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Assinado de forma digital por BRUNO HENRIQUE FERNANDES FONSECA:85030
Dados: 2023.03.09 15:43:10 -03'00'

LEONARDO DA SILVEIRA PACHECO:2143
Assinado de forma digital por LEONARDO DA SILVEIRA PACHECO:2143
Dados: 2023.03.09 15:52:55 -03'00'